

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

EDITORA IBERO-AMERICANA
CULTURA ACADÊMICA Editora

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação

unesp

UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CULTURA ACADÊMICA Editora

EDITORA IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperançar / organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] : Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais. 3. Pesquisa Educacional. 4. Politica Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379
CDU: 37:364(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País - Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta

NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação

SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESSE 23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

Por: Adriana Freire Pereira Férriz

Eliana Canteiro Bolorino Martins

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

Por: Amor António Monteiro

Simão João Samba

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Gricel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESSE (2023) **111**

PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia
Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo
George Francisco Ceolin
Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO EARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso
Arlene Vieira Trindade
Jéssica Oliveira Monteiro
Patricia Lima do Nascimento

PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTERDISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães

Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA 304

Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO 321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS 322

Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA 339

Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 354

Por: Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo

Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) 368

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL 384

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIAEM PERMANENTE CONSTRUÇÃO 399

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 417

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 434

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda

Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL 447

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 465

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE 483

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM *"MODUS OPERANDI"* NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs 501

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR 519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP 520

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira

Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais

Capítulo 4

PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Por:
Nívia Barreto dos Anjos
Mariana Mendes Novais de Oliveira

Nívia Barreto dos Anjos[63]
Mariana Mendes Novais de Oliveira[64]

https://doi.org/10.47519/eiae.p5c4

INTRODUÇÃO

"Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda" (Freire, 2000, p. 31)

Este artigo intitulado "Paulo Freire: O Inspirador do Assistente Social que trabalha na Educação Profissional e Tecnológica" trata sobre o Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a sua relação com os Direitos Humanos como parte da identidade profissional. A pergunta de partida é: o Assistente Social que trabalha na EPT concebe os Direitos Humanos como parte da identidade da profissão, introduzindo as concepções de Paulo Freire para desenvolver sua prática profissional?

Seu objetivo geral é enfatizar a relevância do pensamento freiriano para o Assistente Social que atua na EPT, destacando o lugar que os Direitos Humanos ocupam na identidade profissional. Os objetivos específicos consistem em: 1. Abordar a questão dos Direitos Humanos como parte da identidade do Assistente Social que trabalha na EPT e desenvolve programas e projetos para garantia destes direitos; 2. Indicar que na contemporaneidade o paradigma transformativo é o mais propício para o Assistente Social da EPT por se basear nas ideias freirianas; 3. Apresentar o relato de uma experiência que expressa os Direitos Humanos como parte da identidade do Serviço Social e do paradigma transformativo.

O interesse por parte das pesquisadoras pelo tema dos Direitos Humanos surgiu após a participação em alguns cursos ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública para os servidores públicos federais brasileiros no início da pandemia de Covid-19, como "Cidadania e Direitos Humanos", "Direitos Humanos: uma Declaração Universal", "Educação e Direitos Humanos", dentre outros. Acredita-se, então, que trabalhar a interface dos Direitos Humanos com a EPT é um grande desafio nos tempos atuais.

A metodologia parte do pressuposto sugerido por Severino (2016) de "que o aprendizado só será fecundo se for conduzido mediante um efetivo processo de construção do conhecimento [...] desenvolvida sempre sob uma postura investigativa" (Severino, 2016, p. 14). Para o autor, a atuação dos profissionais também deve ser política. Sendo assim, compreende-se que a prática profissional do Assistente Social na EPT produz conhecimento, possui uma postura investigativa e é política.

O esboço teórico percorre pela segurança de que a interface entre o Serviço Social e os Direitos Humanos não é algo novo, mas pertence à identidade profissional, conforme afirmado pela pesquisadora Maria Irene de Carvalho (2018). E de que a influência de Paulo Freire no sentido de libertação dos oprimidos se faz presente no Serviço Social orientando o fazer pedagógico dos Assistentes Sociais, conforme os estudos realizados pelo investigador Carlos Felipe Nunes Moreira (2022).

Quanto à fundamentação teórica deste artigo, o caminho traçado será: 1. Abordar um pouco sobre a EPT; 2. Expor a relação do Serviço Social na EPT com os Direitos Humanos como parte da identidade profissional; 3. Versar sobre os Direitos Humanos e o Paradigma Transformativo; 4. Discorrer sobre a relação do Serviço Social na EPT com Paulo Freire. Já no que se refere ao desenvolvimento, será apresentado um relato de experiência do Serviço Social na EPT no IF Baiano – Campus Valença, que expressa na prática os itens anteriormente abordados. Nos resultados e discussões será enfatizada a necessidade dos Assistentes Sociais que atuam na EPT desenvolverem sua prática profissional compreendendo que os Direitos Humanos são inerentes à identidade da profissão, e por isso, desenvolvendo um fazer pedagógico orientado pela concepção de prática libertadora de Paulo Freire.

Nas Considerações Finais, este artigo trará como proposta que os Assistentes Sociais que trabalham na EPT se inspirem com maior intensidade em Paulo Freire para desenvolverem programas e projetos voltados para os Direitos Humanos dos estudantes, pois a busca pela libertação dos oprimidos integra a sua identidade profissional.

O valor expressivo deste artigo ampara-se na certeza de que ele é um trabalho cientificamente relevante, pois aborda um tema fundamental para o Assistente Social que atua na EPT e que acredita que apesar da educação, por si só e unicamente, não transformar a sociedade, sem ela jamais esta sociedade será mudada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

"É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político pedagógica" (Freire, 2000, p. 37)

Este artigo é orientado pela perspectiva de que mudar é possível, apesar de ser difícil. E pela certeza de que a ação política pedagógica do Assistente Social que trabalha na EPT deve ser conduzida por meio de uma prática reflexiva amparada na concepção dos Direitos Humanos como parte da identidade profissional. De início será apresentado um breve histórico da EPT, com destaque para a formação humana integral. Em seguida será discutida a relação do Serviço Social na EPT com os Direitos Humanos. Depois, será retratada a questão dos Direitos Humanos e do Paradigma Transformativo, que é o mais completo na atualidade, pois vai além do crítico. Na sequência, a riquíssima relação do Serviço Social na EPT com Paulo Freire.

Educação Profissional e Tecnológica

De acordo com Cordão e Moraes (2017), desde suas origens a Educação Profissional sempre foi direcionada às pessoas provenientes das classes mais vulneráveis. "Havia distinção clara entre os que detinham o poder e o saber (tratado no ensino secundário, normal e superior) e os que realizavam tarefas manuais (objeto do ensino profissional destinado principalmente para órfãos e filhos de pobres)" (Cordão; Moraes, 2017, p. 28). Os autores comentam que devido à escravidão no Brasil ter durado mais de três séculos, a separação entre o trabalho

manual e o intelectual foi reforçada, pois o sistema escravocrata acabou colaborando para o aprofundamento de marcas preconceituosas em relação ao trabalho manual pesado.

Essa herança colonial escravista e preconceituosa em relação ao trabalho ainda tem influenciado sensivelmente todas as relações sociais, com ênfase ainda maior na visão de sociedade sobre a educação e a formação profissional para o trabalho [...]. Passamos do século XIX ao XX ainda praticando uma política assistencialista de educação profissional, muito mais voltada para tirar o menor da rua do que para prepará-lo efetivamente para o mundo do trabalho. Até mesmo o grande esforço republicano do presidente Nilo Peçanha, apesar de louvável, ainda pecava por conta desse víeis (Cordão; Moraes, 2017, p. 29).

Cordão e Moraes (2017) explicam que só no final da primeira metade do século XX, mesmo ainda possuindo uma estrutura assistencialista, a educação profissional também passou a ser direcionada ao mundo do trabalho. Todavia, a partir do final do século XX e início do século XXI, "o mundo do trabalho passou a requerer profissionais cada vez mais qualificados, em condições de interagir em ambientes profissionais complexos, em situações inusitadas ou inéditas, e em constante mutação" (Cordão; Moraes, 2017, p. 30).

Mas é importante destacar que, de acordo com Anjos (2020a), durante o decurso da educação profissional no Brasil, "o perfil social dos alunos foi sendo modificado, como reflexo do processo de industrialização, e consequentemente, da perda do poder de compra da classe média brasileira" (Anjos, 2020a, p. 05). Ou seja, a educação profissional foi se elitizando e excluindo os estudantes pobres. Mas, com a implantação da Política de Cotas em 2010, os oprimidos puderam voltar a ter acesso a esta educação, que foi criada para as pessoas em situação de pobreza, mas que sempre possuiu uma riqueza teórica e prática diferencial. Uma educação socialmente referenciada encontra, na atualidade, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia um ambiente propício para a oferta de um ensino de qualidade, protegido por uma política de permanência dos estudantes dentro de uma perspectiva de formação integral; como também pela concepção de EPT como um direito social.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são equiparados às universidades federais do ponto de vista administrativo. São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. São especializados na oferta da educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais (Cordão; Moraes, 2017, p. 95).

Convém lembrar que Anjos (2020b) comenta que o projeto de constituir a educação profissional como centro de excelência incomoda os detentores do capital, pois eles não almejam formar estudantes críticos e que pertençam a uma instituição que oferte uma educação de qualidade. Por isso, a história da EPT perpassa por tantos desafios. Percebendo que, segundo Anjos (2021), só é exequível compreender a educação profissional investigando o capitalismo e suas contradições, pois ela possui um histórico relacionado à desigualdade social oriunda deste sistema que rejeita a formação humana integral.

> Mas é preciso lembrar que o Brasil possui uma Rede de Educação Profissional e Tecnológica que é um diferencial – a Rede IF, pois, segundo Pacheco (2011), um dos objetivos básicos dos Institutos Federais é "derrubar as barreiras entre ensino técnico e científico, articulando trabalho, ciência e cultura" (Pacheco, 2011, p. 15). Nesse sentido, a orientação pedagógica da Rede IF recusa o conhecimento meramente enciclopédico e busca uma formação profissional mais abrangente e flexível, ou seja, as demandas do mercado de trabalho não são a prioridade, mas sim a formação humana integral (Anjos, 2021, p. 24).

Sendo assim, a EPT, representada aqui pela Rede IF, deve primar pela formação integral do discente, contribuindo para que os Direitos Humanos sejam assegurados e efetivados.

Lembrando que a formação humana integral "sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar" (Ramos, 2014, p. 84). Neste sentido, o estudante deve estar preparado para fazer uma leitura do mundo e da sua condição de cidadão de Direitos Humanos.

Portanto, a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas (Ramos, 2014, p. 91).

A partir desta concepção, é fundamental para o Assistente Social que tem o privilégio de trabalhar em uma rede que possui uma história, uma filosofia e um compromisso social tão ricos, apropriar-se da categoria teórica Direitos Humanos para realizar sua prática profissional em busca da formação integral dos estudantes, até porque ela faz parte da identidade do Serviço Social.

Relação do Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica com os Direitos Humanos como parte da Identidade Profissional do Assistente Social

De acordo com os estudos realizados por Carvalho (2018), a conexão entre o Serviço Social e os Direitos Humanos faz parte da identidade profissional do Assistente Social. Para a autora, a profissão desponta com atribuições de controle, de integração e política, no sentido de colaborar para a manutenção da ordem social estabelecida. Todavia, os profissionais, por meio de uma leitura crítica (e transformativa) da realidade, precisam superar esta identidade atribuída, criando uma nova identidade, a qual deve ser orientada dialeticamente e se basear na dimensão política da profissão, que está diretamente relacionada aos Direitos Humanos. Seguindo este raciocínio, Carvalho (2018) apresenta o exemplo de Jane Addams, pioneira do Serviço Social e ativista política, que "assumiu o Serviço Social como ação política centrada no trabalho com as pessoas e no contacto permanente com a realidade/campo de ação, introduzindo princípios de justiça e de equidade" (Carvalho, 2018, p. 07) (sic).

Carvalho (2018) ainda registra que as entidades internacionais: International Federation of Social Workers (IFSW) e International Association of Schools Work (IASSW) qualificaram o Serviço Social como uma profissão dos Direitos Humanos com o objetivo de desenvolver

uma prática profissional voltada para o fortalecimento desta identidade. E a autora lembra que a proteção dos Direitos Humanos é um trabalho em evolução, pois nunca se encontra concluído. Neste sentido, Carvalho (2018) afirma que para consolidar os direitos dos discentes é essencial que os Assistentes Sociais assimilem o tipo de ordem estabelecida e as suas peculiaridades opressivas. E para isto, a participação dos oprimidos no processo de mudança é fundamental. "É através da ação consciente e coletiva que as classes trabalhadoras podem transformar e humanizar a sociedade capitalista" (Carvalho, 2018, p. 11). E neste sentido as concepções de Paulo Freire são essenciais para que a identidade da profissão seja concretizada.

Na perspectiva de promover a mudança social, o lugar político do Assistente Social, conforme o pensamento de Carvalho (2018), consiste em: 1. Adoção de um perfil igualitário para potenciar o processo de mudança; 2. Afinco pela equidade no processo de mudança; 3. Contribuição para a libertação das vozes dos oprimidos; 4. Deslocamento de poder para o participante da intervenção. Desta forma, "é essencial celebrar um contrato de intervenção que espelhe os valores democráticos defendidos pela perspectiva crítica de modo que o participante se sinta envolvido e compreenda que o profissional trabalha em função dos seus interesses" (Carvalho, 2018, p. 13).

E o Assistente Social que atua na EPT necessita reforçar a sua identidade, principalmente porque trabalha em uma rede que possui um histórico voltado para as pessoas que sofreram as consequências da injustiça social e que tiveram seus Direitos Humanos afetados. Deve fugir completamente do modo capitalista de pensar.

Farage e Helfreich (2022) lembram que o Serviço Social é uma das raras profissões que se posiciona como anticapitalista, pois evoca princípios e valores que indicam a necessidade da luta e superação da sociedade comandada pelo capital. "Uma profissão que, diante dos antagonismos das relações sociais, se legitima na divisão social do trabalho e se afirma também como potencializadora do enfrentamento à sociabilidade do capital" (Farage; Helfreich, 2022, p. 177). E, neste sentido, ao se reportar ao Serviço Social na Educação, Martins (2008) ressalta que

> A escola é um universo complexo de relações sociais, saturada de expressões da questão social, que inclui os aspectos: económico, político, cultural, que se expressam de maneira objetiva e subjetiva. Portanto, o assistente social, com os seus conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos, tem condições para fazer uma leitura crítica deste processo, contribuindo significativamente para que a escola atinja os seus objetivos [...]. A particularidade do Serviço Social na educação incide primordialmente em colocar o seu conhecimento ao serviço da comunidade escolar, mobilizando um movimento de resistência a favor da educação problematizadora, dialógica, crítica, autônoma, numa reflexão que impulsione mudanças, como *expressa o pensamento de Paulo Freire* (1985) (Martins, 2018, p. 138-147) (*sic*) (grifo nosso).

Sendo assim, apropriando-se do pensamento freiriano, o Assistente Social que atua na EPT terá melhores condições de seguir os princípios da sua identidade profissional, lutando por e com os estudantes e as suas famílias pela mudança, justiça social, equidade, enfim, pela garantia dos Direitos Humanos.

Até porque, parafraseando Martins (2018), na sociedade comandada pelo capital, a política de educação profissional (que é uma política social) é um lugar contraditório de luta de classes, impacto entre poderes diversos que se reconhecem historicamente, de acordo com a correlação de forças verificadas na diversidade dos projetos societários e educacionais que perpassam pela EPT.

Direitos Humanos e o Paradigma Transformativo

Santos (2013) registra que a noção de Direitos Humanos não é consensual, pois é transpassada por "significados derivados da profusão de atores, de representações sociais e interesses distintos em relação ao ethos do 'valor humano" (Santos, 2013, p. 176). O autor lembra que no decurso do século XX a regulação dos Direitos Humanos ganhou destaque internacional devido às atrocidades ocorridas na Segunda Guerra Mundial. Registra ainda que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, representou um marco epistemológico e político no novo contexto internacional para a garantia dos Direitos Humanos, que deixou de ser uma responsabilidade apenas dos estados e passou a ser de toda comunidade internacional.

Mas ele vai além da demanda por um sistema mais ético, visto que "é tributário, também, de contradições e pragmatismos que compõem os usos e costumes dos diversos atores no sistema internacional" (Santos, 2013, p. 182).

Ainda dentro desta perspectiva, Picq (2013) comenta que a garantia dos Direitos Humanos tem como objetivo erradicar violências múltiplas, desde a tortura até o racismo e a pobreza. Em relação à pobreza, a autora diz que se trata de uma dimensão social incontornável dos Direitos Humanos e que acaba por limitar sua realização. "Os direitos humanos constituem, hoje, um paradigma da linguagem mundial que se expande ao longo da história e cujas problemáticas políticas se renovam para responder a novos desafios" (PICQ, 2013, p. 195). Dentre esses problemas, a autora destaca a escravidão sexual moderna e a guerra contra o terror nos Estados Unidos e afirma que há uma evolução constante na qual os Direitos Humanos permanecem crescendo e, paralelamente, a violência do Estado e a pobreza assumem novas faces.

O "Manual Direitos Humanos e Serviço Social da Organização das Nações Unidas" (1999) define Direitos Humanos "como aqueles que são inerentes à nossa natureza e sem os quais não podemos viver como seres humanos" (ONU, 1999, p. 19). Eles são universais e aplicam-se a todos sem discriminação. Eles estão em constante evolução e o respeito à vida é uma condição essencial para o desenvolvimento dos trabalhos relacionados a eles.

> Os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais permitem-nos desenvolver e utilizar plenamente as nossas qualidades humanas, a nossa inteligência, os nossos talentos e a nossa consciência, e satisfazer nossas necessidades espirituais e de outra natureza. Baseiam-se na crescente procura por parte da Humanidade de uma vida na qual a dignidade e o valor inerentes a qualquer ser humano mereçam respeito e proteção (ONU, 1999, p. 19).

Neste sentido de procura de uma vida digna, uma leitura crítica de realidade torna-se elemento-chave. Porém é preciso lembrar que, segundo Boaventura Santos (2007), o marxismo não chegou a tratar as questões coloniais e priorizou a questão da opressão/dominação capital/trabalho. As autoras deste artigo são marxistas impertinentes (como costuma dizer José Paulo Netto), mas acreditam que na realidade vivenciada por Marx esta relação capital-trabalho era a prioridade do estudioso. Hoje, em pleno século XXI, Marx continua sendo atual, mas a estudiosa californiana Donna Mertens (2018, 2009, 2005) procura aperfeiçoar as concepções marxistas buscando o refúgio teórico, ontológico, epistemológico e metodológico do paradigma transformativo, que é amparado nas concepções de Paulo Freire, de forma especial na Pedagogia do Oprimido, e que identifica este paradigma como tendo raiz nos Direitos Humanos e como reflexo a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

De acordo com Anjos e Amaro (2023), conforme o pensamento de Mertens (2018, 2009, 2005), o paradigma transformativo guia o pensar em relação às desigualdades de poder, a implicação do privilégio e as repercussões disso para abarcar a justiça social.

> Mertens (2009) explica que o paradigma transformativo fornece um guarda-chuva metafísico com o qual é possível explorar semelhanças nas crenças básicas que fundamentam as abordagens de pesquisa e avaliação que foram rotuladas de teoria crítica, teoria feminista, teoria racial crítica, participativa, inclusiva, baseada em direitos humanos (Anjos; Amaro, 2023, p. 07).

Por isso, na contemporaneidade o paradigma transformativo se destaca dos demais e serve como uma orientação para o Assistente Social que atua na EPT. Apesar de pouco conhecido no Brasil, ele é um diferencial por englobar e atualizar a teoria crítica.

Relação do Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica com Paulo Freire

De acordo com os estudos realizados por Moreira (2022), o pensamento de Paulo Freire sugere um impulso filosófico de uma educação direcionada para a prática, propondo a transformação do homem e do mundo em uma nova totalidade fundamentalmente livre. E, nesse sentido, a leitura crítica da realidade é essencial, pois o ser humano precisa adquirir autonomia intelectual e consciência de seu compromisso histórico com sua situação de oprimido, procurando abolir a opressão. "Para tanto, as mudanças precisam ir à raiz da condição de homem-objeto e operar-se na dialética macro-micro, através de um processo crítico e reflexivo (ou de autorreflexão, nos termos de Freire)" (Moreira, 2022, p. 160) (sic).

Até porque Paulo Freire (1967) afirma que infelizmente o que se observa "é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador, dirigido pelo poder dos mitos que forças sociais poderosas criam para eles" (Freire, 1967, p. 44). E o Serviço Social procura trabalhar com a formação integral do homem, rejeitando tudo que o esmague e o diminua.

Percebe-se, então, que a interface entre Paulo Freire e o Serviço Social é muito profunda, pois jamais um Assistente Social que atua na EPT pode conceber um estudante como um espectador, mas sim como um sujeito de direitos. E esta reflexividade aclamada por Freire deve se fazer presente na prática do profissional. Principalmente porque Moreira (2022) lembra que o método freiriano insere uma forma de levar os sujeitos a repensarem sua introdução no mundo, "sobretudo por conta do seu caráter dialógico, político, crítico, reflexivo e voltado para a ação transformadora" (Moreira, 2022, p. 162). E, neste sentido, o Assistente Social deve fugir do tradicionalismo e optar sempre por práticas democráticas que primem pelo respeito e pelo diálogo.

Faz-se importante saber que

> A partir dos anos 60 do século XX, o movimento de reconceptualização do Serviço Social trouxe, da América Latina, a influência do pensamento de Paulo Freire (1974), e as implicações de sua abordagem para um pensamento sobre o Serviço Social, os seus propósitos, fundamentos e natureza [...]. Para Paulo Freire, a educação, sendo uma dialética de ensino-aprendizagem, é também vista como um processo de capacitação dos educandos no sentido da transformação do mundo e das condições de vida a que estão sujeitos. Nesta perspectiva, a visão sobre o Serviço Social associou-se a uma finalidade de libertação dos seguimentos oprimidos da sociedade através de uma pedagogia de conscientização, capacitação e empowerment (AAVV, 1986 [1967] (Amaro; Pena, 2018, p. 27).

Para embasar esta citação as autoras se reportam ao Documento de Araxá. É preciso lembrar que o Movimento de Araxá foi realizado na cidade de Araxá (Minas Gerais), de 19 a 26 de março de 1967, contando com 38 Assistentes Sociais no encontro. No que se refere ao tópico "As Considerações sobre a Natureza do Serviço Social", o item 38 registra que

> Impõe-se esta reformulação do Serviço Social em novas linhas de teoria e de ação para melhor servir à pessoa humana e à sociedade. O Serviço Social, agente que intervém na dinâmica social, deve orientar-se no sentido de levar as populações a tomarem consciência dos problemas sociais, contribuindo também para o estabelecimento de formas de integração popular no desenvolvimento (CBCISS, 1967, p. 26).

Apesar do texto retratar sobre integração e desenvolvimento do país, percebe-se a inserção do pensamento freiriano ao se introduzir o tema "consciência dos problemas sociais". O documento ainda aborda sobre a atuação macro do Serviço Social, que é relacionada ao nível da política. Traz a questão da dignidade da pessoa humana, que é uma categoria central dos Direitos Humanos.

No que diz respeito a esta categoria, Campos (2016) afirma que a dignidade humana se constitui em um dos fundamentos basilares de uma sociedade que prima pela democracia. "A dignidade da pessoa humana é um princípio estruturante do Estado Democrático e de direitos, expressa o reconhecimento e a afirmação de que o ser humano é o bem maior e o principal objetivo da sociedade" (Campos, 2016, p. 83).

Voltando ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social, convém lembrar que Duriguetto; Batistoni; Maia (2021) registram que sob a ditadura militar no Brasil, a Escola de Belo Horizonte foi o fulcro inicial da ruptura do Serviço Social com o conservadorismo. Afirmam ainda em relação a proposta metodológica do Método BH que

> A reconstrução política da experiência da Escola de Serviço Social, desvelando suas bases sociopolíticas, teóricas e culturais, demarca as linhas para apreensão das influências e marcas do pensamento de Paulo Freire em suas propostas e na sua experimentação via projetos de extensão e campos de estágio" (Duriguetto; Batistoni; Maia, 2021, p. 55).

Neste sentido, Duriguetto, Batistoni e Maia (2021) comentam que o pensamento de Paulo Freire , e de modo especial, a dimensão ideopolítica do educador, se fazem presentes no Método BH (ainda que sejam pouco investigados).

Em relação a esta influência de Paulo Freire, Netto (1994), em seu renomado livro "Ditadura e Serviço Social", ao se reportar ao Método BH, insere na nota de rodapé n. 356 uma importante observação: "Não há dúvidas, como no caso de propostas contestadoras, aqui também se registra a influência de Paulo Freire " (Netto, 1994, p. 279). Todavia, de acordo com o autor, essas ideias acabam avançando para uma visão mais radical.

Voltando à Duriguetto, Batistoni e Maia (2021), segundo estudo realizado pelas investigadoras o Método BH possui confluência com a Reconceituação Chilena. Elas afirmam que as diretrizes metodológicas do Método Básico da Escola de Trabajo Social da Universidad Católica do Chile/Santiago tem relação direta com o pensamento de Paulo Freire, articulando-se com as ideias freirianas contidas nos livros "Educação como Prática da Liberdade" e "Pedagogia do Oprimido". Recordam ainda que a Escola de Trabajo Social da UC de Valparaíso (Chile) também foi influenciada pelas teorias de conscientização de Paulo Freire.

Diante do exposto e perante tamanha influência exercida no mundo, verifica-se que Paulo Freire é realmente o inspirador do Assistente Social que atua na EPT, não apenas pelas frases lindas que sempre são utilizadas pelos profissionais nos programas e projetos, mas primordialmente porque ele traz uma metodologia que se direciona para a transformação do mundo, de um mundo composto por estudantes oprimidos, que precisam ter uma consciência dos problemas sociais, que necessitam ter uma visão macro da realidade social na busca da dignidade humana, na conquista permanente dos Direitos Humanos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

"O conhecimento[...] exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos" (Freire, 2022, p. 28-29)

Na fundamentação teórica deste artigo, foi desenvolvida uma revisão conceitual das principais categorias que perpassam o tema, lembrando que um estudo bibliográfico possui o intuito de "aprofundar os conhecimentos para obter uma experiência muito maior do objeto em estudo" (Vilelas, 2020, p. 217). E, em seguida, apresentado um relato de experiência tendo como lócus o IF Baiano – Campus Valença. Os sujeitos da pesquisa são os estu-

dantes deste Campus que participaram das ações desenvolvidas pela Assistente Social – uma das autoras desse trabalho – neste espaço sócio-ocupacional, enquanto membra do Núcleo de Estudos em Gênero e Sexualidade (GENI), e também aqueles que são acompanhados individualmente pelo setor de Serviço Social em seus atendimentos diários.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, pois objetiva promover conhecimento no sentido de uma aplicação prática, envolvendo interesses locais. De acordo com o pensamento de Vilelas (2020) a experiência pessoal (e neste caso profissional) é uma fonte de obtenção de conhecimentos. "Qualquer pessoa aprende pelas suas experiências, a partir de dados fornecidos pelas suas observações" (Vilelas, 2020, p. 30).

Desta forma, este artigo foi amparado por uma pesquisa de Métodos Mistos, que ainda segundo Vilelas (2020), consiste em destacar que as abordagens qualitativas e quantitativas, apesar de possuírem suas especificidades, jamais se excluem, elas se complementam.

DESENVOLVIMENTO

> *"No momento em que um assistente social[...] se reconhece como 'o agente da mudança', dificilmente perceberá esta obviedade: que, seu empenho é realmente educativo-libertador, os homens com quem trabalha não podem ser objetos de sua ação. São, ao contrário, tão agentes da mudança quanto ele" (Freire, 2022, p. 28,29)*

Relato de Experiência: IF Baiano – Campus Valença

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) integra a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Rede IF), que, de acordo com o site oficial do Ministério da Educação (2023), atualmente é composta por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), o Colégio Dom Pedro II, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) e 22 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Este item tratará, mais especificamente, sobre o Campus do IF Baiano localizado na cidade de Valença, que oferta à população da região do Baixo Sul da Bahia cursos de Ensino Médio Integrados, Subsequentes, uma Licenciatura e algumas Pós-Graduações em nível de especialização, que estão listados no site oficial do próprio Campus (IF BAIANO, 2023).

O quadro técnico-administrativo da Instituição conta com apenas uma Assistente Social, para atuar diretamente com todo o corpo discente (composto aproximadamente por mil estudantes) da Instituição e as mais diversas peculiaridades opressivas apresentadas, que se configuram como obstáculos à garantia dos Direitos Humanos a este público bastante heterogêneo.

Embora a profissional de Serviço Social esteja inserida neste espaço sócio-ocupacional com o objetivo principal de operacionalizar as políticas institucionais de Assistência Estudantil, o que é louvável, uma vez que a EPT nos moldes atuais visa a permanência e êxito dos estudantes oriundos da classe trabalhadora (conforme tratado anteriormente neste artigo), a atuação desta não deve se restringir a uma mera execução burocrática de Políticas Sociais. Para não perder de vista a perspectiva freiriana e o paradigma transformativo, faz-se

necessário que, no cotidiano de sua atuação, a Assistente Social se engaje em grupos de estudos institucionais locais voltados para a diversidade e as lutas dos sujeitos coletivos, tais como: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Estudos em Gênero e Sexualidade (GENI) a fim de manter uma aproximação constante das temáticas relacionadas às violações de Direitos Humanos.

Neste momento, este breve relato de experiência trará a perspectiva de uma das autoras enquanto membra do GENI do Campus Valença.

No contexto pós-pandêmico, quando as atividades acadêmicas retornaram definitivamente para a modalidade presencial, os aspectos relacionados a gênero e sexualidade se tornaram pauta recorrente da comunidade do Campus. Como traz Moreira (2022), construir um projeto profissional do Serviço Social que tenha como direção a emancipação humana requer do Assistente Social um fazer político-profissional que acompanhe as reivindicações da classe trabalhadora, representada, neste caso específico, pelos estudantes do Campus.

Buscando atuar nesta perspectiva, a Assistente Social, inserida nas discussões do GENI, percebeu a necessidade de ampliar o debate com os discentes sobre o enfrentamento aos diversos tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Aproveitando o contexto das ações de mobilização relacionadas ao dia 18 de maio, data que marca a Campanha Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituída pela Lei Federal 9.970/2000, foi proposta a realização de oficinas sobre a temática com os estudantes, em sua maioria com idades entre 14 e 18 anos. Como o período da pandemia da Covid-19 ocasionou um certo distanciamento entre o corpo docente e técnico-administrativo do Campus e os estudantes, que em muitos casos não tinham sido sequer apresentados uns aos outros pessoalmente, foi uma excelente oportunidade de estreitar laços e formar vínculos entre a Assistente Social e os estudantes que ingressaram no IF durante o ensino remoto.

Em uma área verde do Campus, com o apoio de duas docentes, também vinculadas ao GENI, e que trouxeram suas turmas daquele horário para participarem da atividade, a oficina aconteceu com a presença destes estudantes e de mais alguns que compareceram espontaneamente, totalizando cerca de vinte discentes.

A condução da oficina foi realizada pela Assistente Social de uma forma que buscasse a socialização de conhecimento, afastando-se, assim, de uma "educação bancária", termo cunhado por Paulo Freire para criticar o mero repasse de informação, prática realizada com frequência, quando os Assistentes Sociais não refletem de forma crítica os seus atendimentos aos usuários (Moreira, 2022).

A profissional teve como ponto de partida a pergunta: do que se trata a campanha do 18 de maio? E partir disso, trouxe as reflexões práticas sobre os conceitos de "prevenção ao abuso", "consentimento" e "educação sexual", dialogados ricamente através do debate de experiências e práticas trazidas pelos estudantes. Dessa forma, a Assistente Social enfatizou os direitos desse público neste espaço escolar, que conta com uma equipe multiprofissional (além da Assistente Social, Psicóloga, Pedagogas, Psicopedagoga, entre outros) preparada para acolher as demandas relacionadas com o tema e acompanhá-los aos diversos equipamentos da rede de proteção social e de garantia dos direitos de crianças e adolescentes e, também, de mulheres, tais como: Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS),

Defensoria Pública, Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher (NEAM), entre outros.

Com o estreitamento do vínculo entre Serviço Social do Campus e estudantes, posteriormente foi possível a realização de uma roda de conversa (no sentido de um círculo de cultura) com outras turmas (perfazendo um quantitativo de cerca de 35 a 40 discentes), conduzida pela Psicóloga e pela Assistente Social do CREAS do município de Valença (BA), para que este público se familiarizasse com o atendimento e a rotina desse equipamento voltado para o combate à violação de direitos das crianças e adolescentes.

Figura 1. Roda de Conversa com os estudantes do IF Baiano Campus Valença



Fonte: Arquivos pessoais da Assistente Social Mariana Oliveira

Além disso, a inserção da Assistente Social no GENI e suas ações vêm possibilitando que corpo docente e discente do Campus vislumbrem o Serviço Social não apenas como mero executor da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, mas também como promotor da garantia dos Direitos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *"Devemos ser muito, mas muito críticos cada vez que falamos na educação emancipadora, educação libertadora ou liberadora[...]Devemos estar engajados na ação política contra o racismo, contra o sexismo, contra o capitalismo e contra as estruturas desumanas de produção" (Freire, 2021, p. 279-280)*

Os Assistentes Sociais que atuam na EPT precisam fundamentar sua prática profissional compreendendo que os Direitos Humanos são inerentes à identidade da profissão, e por isso, desenvolvendo um fazer pedagógico orientado pela concepção de prática libertadora de Paulo Freire. E este fazer exige uma postura crítica imbuída de um grande engajamento político, até porque as estruturas desumanas do capitalismo precisam ser enfrentadas, pois "o capita-

lismo[...] mostrou também a sua outra face – a da insensibilidade absoluta pela dimensão ética da existência humana. Produziu a escassez ética na abundância, a carência na fartura" (Freire, 2019, p. 122).

E esta luta precisa ser coletiva, especificamente na EPT, que pela sua excelência no ensino incomoda tanto aos detentores do capital. "A luta pela esperança é uma luta permanente e se intensifica na medida em que se percebe que não é uma luta solitária" (Freire, 2019, p. 152). Sendo assim, todos precisam abraçar a causa da educação emancipadora: Assistentes Sociais, Docentes, Estudantes e seus Familiares, Técnicos Administrativos, Assistentes de Alunos, Equipe de Limpeza etc.

Desta forma o Patrono da Educação Brasileira, o inspirador do Assistente Social que Trabalha na EPT, convida a categoria profissional a assumir uma responsabilidade ética e política "na luta pela superação da realidade opressora e pela construção de uma sociedade menos feia, menos malvada, mais humana" (Freire, 2019, p. 149).

E como Moreira (2022) ressalta com tanta propriedade, conforme a pedagogia freiriana, o conhecimento necessita estar voltado para a mudança.

> Um novo mundo. Este nada simplório compromisso geral do Método Paulo Freire não representa mero romantismo político. A humanidade caminha cada vez mais acelerada no sentido de inviabilizar as suas próprias condições de vida no planeta. O modo de produção atual vem se aproximando do ápice de sua incompatibilidade com a vida humana. Chegou, definitivamente, o momento no qual "mudar o mundo" deixou de ser utopia para se tornar um imperativo...(Moreira, 2021, 161).

Então, Assistentes Sociais da EPT, é imprescindível caminhar dentro de uma prática pedagógica voltada para a transformação social. E a experiência apresentada pelo IF Baiano Campus Valença demonstrou que é possível delinear passos neste sentido, lembrando sempre que esta trilha pode ser melhor direcionada se fundamentada pelas concepções freirianas, na perspectiva de reinventar Paulo Freire pois "a melhor maneira de me entender é me reinventar e não tentar se adaptar a mim" (Freire, 2021, p.27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *"Que a presença dos Assistentes Sociais da EPT no mundo, implique escolha e decisão, e jamais seja uma presença neutra... Que os Assistentes Sociais da EPT assumam tão criticamente quanto possível sua politicidade... Que os Assistentes Sociais da EPT aproveitem todas as oportunidades para testemunharem o seu (nosso) compromisso com a realização de um mundo melhor, mais justo, menos feio, mais substantivamente democrático..." (Paráfrase – Freire, 2000, p. 17)*

Este artigo procurou demonstrar o porquê de Paulo Freire ser o inspirador do Assistente Social que atua na EPT na defesa da dignidade humana dos estudantes. Este profissional jamais poderá ter uma presença neutra na sociedade que o rodeia. A politicidade deste Assistente Social deve ser expressa pela forma crítica que ele conduz a sua prática, além disso suas ações devem expressar a reflexividade que sua intervenção exige. Ele deve vivenciar a es-

perança de um mundo melhor testemunhando este compromisso no seu cotidiano profissional. O relato de experiência do IF Baiano – Campus Valença reflete uma prática profissional que caminha na direção do legado teórico-metodológico deixado por Paulo Freire, o qual é direcionado para a transformação do mundo.

Paulo Freire demonstra ter esperança de os oprimidos conquistarem um mundo menos feio e mais justo, onde os Direitos Humanos sejam respeitados e realmente garantidos. E os Assistentes Sociais da EPT poderão contribuir para a construção deste mundo, mesmo sabendo que o percurso é árduo, possibilitando que os estudantes conheçam seus direitos e se afastem um pouco das mazelas de uma realidade desigual e injusta. Por isso, devem desenvolver programas e projetos voltados para os Direitos Humanos dos estudantes, pois pertence à sua identidade profissional a busca pela libertação dos oprimidos.

Mas, para que isto seja possível, os Assistentes Sociais precisam ter consciência de que sua identidade profissional está diretamente relacionada aos Direitos Humanos. Eles devem amparar sua prática no paradigma transformativo, que guia o pensar em relação às desigualdades de poder. Eles devem se apropriar da dimensão política da profissão que se relaciona a uma atuação macro, na qual a mudança social e a justiça social sejam uma procura constante e incansável. Eles devem conceber os estudantes como parceiros neste percurso, carregando a certeza de que a ação política pedagógica irá trilhar o caminho da dignidade humana na busca por uma sociedade justa e igualitária.

Diante do exposto, Paulo Freire foi, é e sempre será o grande inspirador dos Assistentes Sociais que atuam na EPT e que acreditam que a transformação social é um alvo a ser atingido.

REFERÊNCIAS

AMARO, M. I.; PENA, M. J. Intervenção do Serviço Social em Meio Escolar: Da Tradição à Inovação. *In*: CARVALHO, M. I. de. (org.). **Serviço Social em Educação**. Lisboa: Pactor, 2018. p. 25-38.

ANJOS, N. B. dos. O Lugar da Educação Profissional na Garantia do Direito. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 01, n. 18, p. 01-18, 2020a.

ANJOS, N. B. dos. Os Ataques à Educação Profissional na Atualidade. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador, v. 45, n. 249, p. 186-203, 2020b.

ANJOS, N. B. dos. Uma análise Inicial Contrastiva da Educação Profissional no Brasil e em Portugal. *In*: SCHIEFELBEIN, L. R.; BIEGING, P.; BUSARELLO, R. I. (org.). **Educação 2.0:** Desafios e Conquistas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 17-35.

ANJOS, N. B. dos; AMARO, M. I. A relevância do paradigma transformativo na contemporaneidade em estudos que envolvem temas sociais. **Revista Macambira**, Serrinha, BA, v. 07, n. 01, p. 01-15, 2023.

BRASIL. **Lei 9.970, de 17 de maio de 2000**. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9970.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.

CARVALHO, M. I. de. Sistema Educativo e Serviço Social nas Escolas: Breve Introdução. *In*: CARVALHO, Maria Irene de. (org.). **Serviço Social em Educação**. Lisboa: Pactor, 2018. p. 01-15).

CAMPOS, E. B. Dignidade Humana. *In*: FERNANDES, R. M.; HELLMANN, A. (org.). **Dicionário Crítico:** Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS; CEGOV, 2016. p. 82-85.

CBCISS. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. Documento de Araxá. *In*: CBCISS. **Teorização do Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CORDÃO, F. A.; MORAES, F. de. **Educação Profissional no Brasil**: Síntese Histórica e Perspectivas. São Paulo: Editora Senac, 2017.

DURIGUETTO, M. L.; BATISTONI, M. R.; MAIA, S. M. A Dimensão Ideopolítica no Método Pedagógico de Paulo Freire: Questões e perspectivas investigativas para o Serviço Social a partir da experiência do Método BH. *In*: SCHEFFER, G.; CLOSS, T.; ZACARIAS, I. (org.). **Serviço Social e Paulo Freire**: Diálogos sobre Educação Popular. Curitiba: Editora CRV, 2021. (p. 45-63)

FARAGE, E.; HELFREICH, F. Educação Popular e Serviço Social: Experiências a partir da extensão universitária. *In*: FÉRRIZ, A. F. P. *et al.* (org.). **Tijolos Contra Muros:** Contribuições Críticas do Serviço Social na Educação. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2022. p. 172-188.

FREIRE, P. **Educação como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação:** Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo. Editora Unesp, 2000.

FREIRE, P. À Sombra desta Mangueira. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Solidariedade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo de Ousadia**: O cotidiano do professor. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

IF BAIANO. Instituto Federal Baiano. **Campus Valença**. Salvador, 2023. Disponível em: https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/. Acesso em: 10 ago. 2023.

MARTINS, E. B. C. O Trabalho do Assistente Social no âmbito da Política de Educação. *In*: CARVALHO, M. I. de. (org.). **Serviço Social em Educação**. Lisboa: Pactor, 2018. p. 131-148.

MEC. Ministério da Educação. **Rede Federal**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-deeducacao-profissional/rede-federal#:~:text=Em%202023%2C%20a%20Rede%20Federal,e%20o%20Col%C3%A9gio%2 0Pedro%20II. Acesso em: 09 ago. 2023.

MERTENS, D. M. An Introduction to Research. *In*: MERTENS, Donna M. **Research and Evalution in Education and Psychology:** Integrating Diversity with Quantitative, Qualitative and Mixed Methods. 2. ed. California: Sage Publications, 2005. (p. 01-42).

MERTENS, D. M. **Transformative Research and Evaluation**. New York; London: The Guilford Press, 2009.

MERTENS, D. M. **Mixed Methods Design in Evaluation**. California: Sage Publications, 2018.

MOREIRA, C. F. N. Método Paulo Freire, Trabalho com Grupos e Serviço Social. *In*: SCHEFFER, G.; CLOSS, T.; ZACARIAS, I. (org.). **Serviço Social e Paulo Freire**: Diálogos sobre Educação Popular. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 157-170.

MOREIRA, C. F. N. Liberdade, Paulo Freire e Serviço Social: Reflexões teórico-práticas sobre o fazer pedagógico de assistentes sociais. *In*: FÉRRIZ, A. F. P. *et al.* (org.). **Tijolos Contra Muros:** Contribuições Críticas do Serviço Social na Educação. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2022. p. 157-171.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Direitos Humanos e Serviço Social:** Manual para Escolas e Profissionais de Serviço Social. Santa Maria da Feira, Portugal: Rainho & Neves, 1999.

PICQ, M. L. Direitos Humanos e Questão Social. *In*: IVO, A. B. L. (org.). **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: ANNABLUME, 2013. p. 190-195.

RAMOS, M. N. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. 05).

SANTOS, A. L. N. Direitos Humanos e Cooperação Internacional. *In*: IVO, A. B. L. (org.). **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**: 81 problemáticas contemporâneas. São Paulo: ANNABLUME, 2013. p. 176-182.

SANTOS, B. de S. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

VILELAS, J. **Investigação**: O processo de construção do conhecimento. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2020.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESSE e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS.Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogas/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.

7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Gricel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA).Assistente Social.Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadua. ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3096-7223. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP., ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail:, williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br

16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyrõ - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.

22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membra do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membra do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membra do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estatal de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br

30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1770-7498. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão "Recriar". Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid ttps://orcid.org/0000-0002-2903-738X , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESSE e do QUAVISSS.E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: https://orcid.org/0000-00033425-0457. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID https://orcid.org/0009-0009-8510-9008. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGEd/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areial-PB. ORCID https://orcid.org/0000-0002-0426-827X E-mail: kivaniass@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID https://orcid.org/0009-0004-8699-9624 . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br

43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/ PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email:ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabiahalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com

50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilenerss1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membra do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membra do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.

57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membra do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9902-4683 Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: https://orcid.org/00000002-4225-9868. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2939-4480. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br

65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UERR, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelepp@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID:0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membra do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601

9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358

10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613

11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431

12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550

13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598

14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125

15. Ética Profissional
125, 540

16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603

17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547

18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125

19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300

20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556

21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589

22. Interdisciplinaridade
304, 305

23. Intersetorialidade
367

24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552

25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468

26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116, 122, 124, 126, 140, 187, 193, 196, 221, 222, 223, 225, 228, 249, 315, 364, 365, 366, 367, 388, 394, 398, 399, 400, 404, 405, 406, 450, 520, 550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351, 430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120, 122, 124, 126, 127, 141, 153, 186, 212, 218, 223, 225, 226, 232, 233, 236, 238, 241, 242, 250, 251, 252, 259, 265, 266, 267, 270, 277, 281, 282, 286, 325, 328, 329, 340, 342, 344, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 384, 386, 394, 403, 405, 421, 424, 434, 435, 436, 438, 442, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301, 311, 367, 395, 454, 500, 522, 529, 531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519, 530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compoe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperançar não é simplesmente espera, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiencias da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação publica, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas publicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiencias gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana.
Sigamos agradecidos às e aos "compas" do GEPESSE que nos ensinam que esperançar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB

ISBN: 978-65-86839-35-7
9 786586 839357